CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
PRIMEIRA CÂMARA – RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nºs 125, 126 E 142/2004
PROCESSOS ORIGINAIS n.ºs 301.01190/2001, 301.01191/2001 e 301.01192/2001.
RECORRENTE: PISARE MODAS LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE SOUSA BRITO
PROLATOR: FRANCISCO DE ASSIS MOURA ARAUJO
Sessão realizada em 23 de fevereiro de 2005

ACÓRDÃO N.º 016/2005

EMENTA: ICMS. Obrigação principal. Levantamento da conta MERCADORIAS. Prazo do art. 93 da Lei 3.216/72. Impróprio. Tributação pelo lucro presumido. Não interferência na conta mercadorias.

- O prazo constante no art. 93 da Lei 3.216/73, é impróprio, o que não acarreta a nulidade de atos e decisões prolatados após o seu término.

O levantamento da conta MERCADORIAS é um procedimento técnico que consiste na detecção de omissões de venda através da inequação entre os valores debitados e creditados dos itens constantes no mapa roteiro n.º 14 do Plano de Fiscalização da SEFAZ-PI.

- A tributação através lucro presumido é apenas uma forma simplificada para determinação da base de cálculo do IR e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas à apuração do lucro real, em determinado ano-calendário, em nada interferindo na conta mercadorias, que segue o esquema da demonstração do resultado do exercício, porém apenas até a apuração do lucro bruto.

- Neste contexto, o IR e a CSLL não são computados, assim como o material de embalagem que se afigura como uma despesa.

Recurso conhecido, porém não provido

- Decisão por maioria.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de Fevereiro de 2005.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente e Prolator

José de Sousa Brito – Relator

José de Deus Lacerda Filho – Conselheiro

Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro

Christianne Arruda Castelo Branco – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ
Primeira Câmara – RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nº 191, 192, 193 e 194/03.
PROCESSOS ORIGINAIS n.º 301-2194, 2195, 2197 e 2196/2002
RECORRENTE: MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR: JOSÉ DE DEUS LACERDA FILHO
Sessão realizada em 22 de fevereiro de 2005.

ACÓRDÃO N.º 017/2005

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CÁLCULO A MENOR. DIFERENÇA TRIBUTÁVEL. BASE DE

CÁLCULO DE ACORDO COM O ART. 25, INCISO II DA LEI 4.257/89. RECURSO CONHECIDO, PORÉM NÃO PROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do estado do Piauí, em Teresina, 28 de fevereiro de 2005.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente

José de Deus Lacerda Filho – Relator

Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro

José de Sousa Brito – Conselheiro

Christianne Arruda Castelo Branco – Procuradora do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ.
SEGUNDA CÂMARA: RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nos 127 e 179/2003. (PROC. ORIGINAIS: 346.0247/02 e 346.0248/02).
RECORRENTE: DISCAR – DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CARVALHO LTDA.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR: CONSELHEIRO GETÚLIO CAVALCANTE.

ACÓRDÃO N.º 018/2005.

ICMS. Obrigação Principal. Descumprimento da obrigação de utilização por parte do contribuinte substituído dos parâmetros determinados pela legislação que rege o ICMS, no particular referente a substituição tributária, ao tratar-se de aquisições de cerveja e refrigerante junto a fornecedores de outras Unidades da Federação, em virtude de erro na base de cálculo do imposto.

Insuficientes os argumentos para elidir as penalidades impostas.

Lesão aos artigos 1º, § 1º, XI, 16, § 4º, e 25, II, da Lei nº 4.257/89; 30, caput, § 1º, 51 e 166, § 4º, XXII, do RICMS (Dec. nº 7.560/89); 3º, II e 4º, do Dec. nº 9.644/97; e, ainda, ao art. 5º, dos Atos Normativos DATRI de nº 01 e 042/2000.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 28 de fevereiro de 2005.

Getúlio Cavalcante – Presidente e Relator

Orlando Barbosa Paz Filho – Conselheiro

Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro

Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro

João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior – Procurador do Estado

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO PIAUÍ.
SEGUNDA CÂMARA: RECURSOS VOLUNTÁRIOS Nºs 136, 137 e 141/2003. (PROC. ORIGINAIS: 301.02043/02, 301.02044/02 e 301.02049/02).
RECORRENTE: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A.
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR: CONSELHEIRO GETÚLIO CAVALCANTE.

ACÓRDÃO N.º 019/2005.

ICMS. Obrigação Principal. Não cumprimento de obrigação imposta por norma da substituição tributária, ao deixar, o contribuinte substituído, de recolher o ICMS retido, quando de operações com cerveja. Insuficientes os argumentos para elidir as penalidades impostas.

Lesão aos artigos 16, da Lei nº 4.257/89; 21, III, “a”, item 3 (redação do art. 1º, do Dec. nº 9.718/97); XVII (redação do art. 1º, do Dec. nº 9.432/95); 166, § 4º, XXII, do RICMS (Dec. nº 7.560/89); e 4º, do Dec. 9.644/97.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 28 de fevereiro de 2005.

Getúlio Cavalcante – Presidente e Relator

Orlando Barbosa Paz Filho – Conselheiro

Emmanuel Pacheco Lopes – Conselheiro

Miguel Barradas Sobrinho – Conselheiro

João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior – Procurador do Estado